

ARTIGO

GIRO TRANSIGENTE:

GOVERNO REPRESENTATIVO E TOLERÂNCIA POLÍTICA NA EXPERIÊNCIA CHILENA DE JUAN BAUTISTA ALBERDI

AFFONSO CELSO THOMAZ PEREIRA

Doutor em História Social por FFLCH/USP
Professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5610-7843>

RESUMO: Juan Baptista Alberdi, intelectual, advogado, periodista, mentor da constituição argentina de 1853, deixa seu país exilado pela perseguição do governo autoritário de Juan Manuel de Rosas. Após anos de enfrentamento ao lado de seus conterrâneos exilados, Alberdi promove uma mudança em seu discurso político que será decisiva para se pensar a história argentina de meados do século XIX. Essa mudança está intimamente ligada com sua experiência no espaço público chileno no período do governo de Manuel Bulnes. Este artigo busca analisar as ideias de governo representativo e tolerância a partir de duas obras de Alberdi em um espaço político e discursivo de fronteira entre Chile e Argentina.

PALAVRAS-CHAVE: Alberdi; Chile; Argentina; tolerância; governo representativo.

Transient turn:

Representative government and political tolerance in the Chilean experience of Juan Bautista Alberdi

ABSTRACT: Juan Bautista Alberdi, intellectual, lawyer, journalist, mentor of the Argentine constitution of 1853, leaves his country exiled by the persecution of the authoritarian government of Juan Manuel de Rosas. After years of confrontation alongside his exiled countrymen, Alberdi promotes a change in his political discourse that will be decisive to think about Argentine history in the mid-nineteenth century. This change is closely linked with his experience in the Chilean public space during the Manuel Bulnes government. This article aims to analyze the ideas of representative government and tolerance based on two works by Alberdi in a political and discursive space on the border between Chile and Argentina.

KEYWORDS: Alberdi; Chile; Argentina; tolerance; representative government.

Recebido em: 30/06/2023

Aprovado em: 05/09/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v78p181-209>



Neste trabalho tratarei de dois textos do intelectual e publicista argentino Juan Bautista Alberdi¹ publicados no Chile em seu período de exílio: *Biografía del General don Manuel Bulnes. Presidente de la República de Chile*, escrito em julho de 1846, e *La República Argentina 37 años después de su Revolución de Mayo*, de maio de 1847. O objetivo é propor uma discussão sobre a forma representativa de governo e a tolerância política conectada às condições específicas de sua produção, isto é, a consolidação das repúblicas hispano-americanas e a experiência na fronteira entre Chile e Argentina de meados do século XIX.

Como condições específicas, entende-se a experiência em uma sociedade *formalmente* democrática, sob uma constituição, com instituições e eleições estáveis, o que representava - para muitos exilados argentinos no Chile, como Alberdi - um antípoda político-institucional em relação à Confederação Argentina sob o governo de Juan Manuel de Rosas (1835 - 52).² Temas como governo representativo e tolerância política ganhavam relevo como conceitos operadores de uma interpretação histórica, de crítica política do presente e em função de seu projeto para o futuro da sociedade argentina.

O trabalho com textos de circulação (publicados como artigo e como separata de periódico, respectivamente) e sua repercussão permite o cruzamento entre as perspectivas das histórias local, transnacional, biográfica e do espaço público, a partir da perspectiva da história intelectual, possibilita a compreensão, no caso em particular, da conformação do discurso político de Alberdi, bem como em geral, da linguagem política liberal latino-americana de meados do século XIX.

A análise da produção intelectual e conformação do discurso político de Alberdi no Chile encontra, de início, duas barreiras historiográficas; em relação ao

¹ Nascido em Tucumán em 1810, faleceu em 1884 no exílio em Paris. Escritor, jurista, político, publicista liberal, foi principal artífice da Constituição argentina de 1853. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, publicado em 1853, no Chile, tornou-se a base para a nova constituição do país após a queda de Rosas, em 1852, e a tomada do governo pelo general Juan Justo de Urquiza, aliado de Alberdi.

² Desde sua chegada ao governo, o federalista Rosas passa a perseguir seus opositores na imprensa e no parlamento, forçando muitos deles ao exílio - como alternativa à prisão ou à morte. Nesse período se adensa a emigração de unitaristas, partido de oposição, para o Chile e outros países vizinhos.

autor, uma tendência dos historiadores argentinos em se concentrar sobre suas obras acabadas e considerar o período chileno apenas como um ensaio de seus anos de maturidade política e intelectual com a publicação de *Bases* em 1853 (Botana [1984], 1997; Halperín Donghi [1982], 2005; Quatrocchi-Woisson, 2014). Por outro lado, o contexto político chileno dos anos 1840 é tomado por boa parte da historiografia local contemporânea (Collier, 2008; Stuenkel, 2000) como um modelo de paz e estabilidade, reproduzindo o mesmo discurso apologético desenvolvido desde aquela época pelas elites e governo chilenos (Barros Arana [1884], 1913). Os trabalhos críticos para este recorte da história política e intelectual ainda são escassos, embora venham ganhando fôlego desde os anos 2000 tanto no cenário argentino (Amante, 2010; Alonso, 2004; Palti, 2007), quanto chileno (Cid e San Francisco, 2009; Mussi, 2007; Cid e Stuenkel, 2013).

Analisando a partir da imprensa o cruzamento entre biografia, lutas partidárias, mobilização social e conceitos políticos em jogo, revela-se um campo tenso em que os limites da institucionalidade, da democracia, da constituição eram permanentemente estendidos e pressionados de acordo com as disputas políticas e sociais que se apresentavam, conferindo diferentes sentidos à linguagem política. Setores de oposição denunciavam, através da imprensa, violência e agressões por parte do governo, de partidos e grupos organizados, evidenciando a contingência da configuração política-institucional e a materialidade da disputa pela narrativa no espaço público. De outro lado, percebe-se que o processo de conformação do discurso político de Alberdi não foi linear, não estava já dado, suas experiências no mundo da política e da imprensa no Chile foram traduzidas em seus textos de momento, e então, sedimentando e incorporando temas, problemas e formas nessa fronteira política e intelectual entre os contextos de Chile e Argentina. Desde este ponto de vista, abordaremos o campo problemático e ambíguo em que se desenvolvia o discurso liberal e conservador no interior do espectro republicano do contexto chileno diante da bagagem da linguagem política trazida da Argentina.

As eleições presidenciais de julho 1846, quando Alberdi escreveu a *Biografía* de Manuel Bulnes, cristalizaram um cenário de crise, e foram a ocasião para refletir sobre os efeitos das mobilizações políticas e sociais, a perda da

estabilidade, a violência institucional, e a composição partidária entre governo e oposição. Em maio de 1847, como era comum entre os exilados argentinos na imprensa chilena, Alberdi escreveu um artigo acerca da situação política platina, *La Revolución de Mayo 37 años Después*, por ocasião do aniversário da independência argentina. Nele, após uma breve revisão histórica do papel de Rosas no governo da Confederação sugere, por primeira vez desde seu exílio de Buenos Aires em 1838, um acordo com as forças políticas federalistas. Como se verá, esse giro não será isento de críticas por parte de seus leitores e mesmo de antigos companheiros de luta contra Rosas. Tais críticas e os debates decorrentes conferiam elementos para a compreensão de seu sentido neste contexto específico e, de forma ampliada, para o entendimento do campo conceitual envolvendo o sistema representativo, tolerância política e o lugar da oposição.

Me concentrarei, portanto, nestes dois textos de Alberdi, suas repercussões e seus contextos de publicação para analisar o que chamarei de *giro transigente*, isto é, uma defesa que Alberdi passa a fazer desde o Chile, a partir de 1847, de uma possibilidade de acordo entre unitários com os federalistas e Rosas. O percurso político de Alberdi na esfera pública chilena permite analisar uma mudança de perspectiva conceitual em relação à autoridade e à legitimidade do poder no sistema representativo que se operava na linguagem republicana, na qual as ideias de tolerância, oposição e representação operam como ferramentas de interpretação e ação políticas.

Posição de Alberdi diante da esfera pública política chilena

Alberdi chega ao Chile em 1844, após realizar um percurso como exilado entre Montevideu, Rio de Janeiro e Paris. À essa época, já possuía reconhecimento por suas obras e artigos entre a elite letrada liberal chilena como expoente da Geração de 37,³ devido à grande circulação de liberais argentinos no Chile – essa era uma forma de propaganda dos partidos simbolizando tolerância aos liberais e distância do autoritarismo de Rosas (Mayer, 1963; Serrano, 1996;

³ Grupo de intelectuais, escritores e publicistas que se reuniam em torno do Salão Literário na livraria do editor Marcos Sastre, tornou-se um centro de debate político e estético. (Cf. FREITAS NETO: 2021).

Stuven, 2008). Com 34 anos, após deixar a secretaria de governo da província de Concepción em novembro de 1845, cargo que havia ocupado a pedido do presidente Manuel Bulnes, instalou-se em Valparaíso, já bem acomodado na carreira jurídica e acadêmica. Estimulado por outro argentino, Gabriel Ocampo, exilado desde os anos 1830, Alberdi publicou um conjunto de obras acerca do funcionamento do direito administrativo chileno e defendeu causas de personalidades políticas de relevo.

Também em 1845, ocupou a redação do principal periódico do país, *El Mercurio* onde, justamente, foi publicada a biografia de Bulnes, presidente em campanha para reeleição, como se verifica na seguinte passagem de uma carta sua para o Ministro do Interior Manuel Montt, “habiendo venido visitarme D. Santos Tornero [proprietário do jornal], he conseguido, señor, por mi deseo de ver efectuada la edición bajo mis ojos” (Alberdi, [1846]1902, p. 502). A obra encomendada em fevereiro de 1846 por Manuel Montt, homem forte do governo, da qual Alberdi fez a primeira entrega de manuscritos em março daquele ano, era sinal do reconhecimento e da autoridade do argentino junto à opinião pública chilena e às elites políticas. Segundo a historiadora Sol Serrano, a experiência pretérita dos argentinos, durante a época rivadaviana dos anos 1820 e a Geração de 37, “havia desenvolvido uma forma de fazer política baseada nas práticas associativas geralmente facciosas e na criação da opinião pública”, na qual o uso da imprensa tornava-se peça chave (Serrano, 1996, p. 77).

A posição de Alberdi no exílio conjugava seu trabalho de advogado com as atividades públicas. Apesar dos convites, ele se manteve afastado da esfera administrativa, pelo menos no sentido da exposição, do conflito partidário na imprensa e da ocupação de cargos, resultando na construção de uma persona pública com trânsito entre os grupos conservadores e liberais chilenos, evitando os embates mais encarnados. Esta não era, no entanto, a regra entre outros exilados argentinos nos anos 1830 e 40 no Chile, como Sarmiento, por exemplo (Blumenthal, 2013; Stuven, 2008). Como se verá, essa posição de Alberdi acabava por lhe conferir uma chave de acesso no espaço público com a retórica da moderação, da temperança e da negociação para resolução dos conflitos políticos. Para além de uma estratégia oportunista pessoal, essa experiência, em

meio às elites políticas e imprensa chilenas, resultará na defesa do conservadorismo como uma força política necessária para as nações hispano-americanas em formação.

Contextos de publicação e circulação: relação entre imprensa e política.

A primeira eleição de Manuel Bulnes, em 1841, foi um momento de acordo e coalizão entre conservadores e liberais após uma década de intenso conflito. Esse consenso foi sendo rompido, entre outros eventos, com a prisão e o exílio do intelectual liberal Francisco Bilbao, após a publicação de *Sociabilidad Chilena* em 1844 e as reações populares de setores radicais nos meses seguintes redundando em prisões e censura a periódicos. Consequência de uma dessas publicações,⁴ com forte conotação social, apelo contra a tirania e conclamação do povo para a revolta, em março de 1846, Manuel Bulnes decretou estado de sítio por três meses na cidade de Santiago, durante as eleições parlamentares, e se encerrando a poucos dias da presidencial.

Este ato foi visto como a culminação de um processo de esgarçamento do governo conservador com a oposição: membros importantes do partido liberal se afastaram dos cargos ocupados e ressurgiram intensos conflitos na imprensa e nas mobilizações populares. Com o fim do estado de sítio, a volta à normalidade trouxe o reforço da crítica pública ao governo e ao ministro Montt, acusado de ter armado a farsa da publicação no periódico *El Pueblo*, que serviu de argumento para o estado de sítio.

Em seu primeiro número após o fim do estado de exceção, o *Diario de Santiago*, importante veículo dos liberais escrito por nomes como Jotabeche e Pedro Felix Vicuña, anotava que a “provincia de Santiago que encabezó la oposición (...) fue humillada y condenada al más espantoso silencio por los ochenta y cinco días de sitio (...). De este modo han sido hechas las elecciones en casi todo el país, y el ministerio canta sus triunfos”.⁵ Em outra edição,⁶ na seção de correspondência, *Seis ciudadanos artesanos* de Valparaíso assinavam um

⁴ El Pueblo. Santiago de Chile, 25/01/1846.

⁵ EDITORIAL. **El Diario de Santiago**. Santiago de Chile, 03/06/1846.

⁶ VIVA la República. **El Diario de Santiago**, 18/06/1846.

texto em que narravam terríveis acontecimentos naquela cidade, prisões e assassinatos cometidos por forças do governo, dando a dimensão da crise política instalada.

Às vésperas do pleito presidencial um artigo de *Artesano Opositor* (periódico controlado por liberais e dirigido aos trabalhadores) conclamava os artesãos a votarem como cidadãos, não como autômatos, para o “nombre ilustre de Vicuña, el demócrata por excelencia, el que durante toda su vida ha proclamado la igualdad y ha combatido sin cesar por la mejora de la condición del pobre”.⁷ Liberal histórico com importante atuação política no curto governo *pipiolo*⁸ de 1828-30, ferrenho opositor do governo conservador liderado pelo Ministério Diego Portales entre 1830-36, Pedro Felix Vicuña havia sido eleito em março para deputado por Valparaíso, voltava agora como candidato à presidência em junho 1846.

Destaque-se um ponto relevante envolvido na candidatura de Felix Vicuña e a relação entre sistema representativo e tolerância. Após os anos de repressão e de estado sítio vividos ao final do período do governo do General Prieto (1831-1841), o governo Bulnes concedeu anistia plena a antigos opositores em seus primeiros meses de governo em 1841 e apontou para composições com a oposição na montagem de sua administração, o que configurava um esforço de reconciliação e unidade nacionais. Mais tarde em 1846, com o fim do estado de sítio, o respeito à constituição e às garantias legais dos opositores se verificavam na retomada do discurso combativo da imprensa opositora e na organização partidária dos liberais para as eleições, elegendo representantes inclusive.

Ou seja, ao mesmo tempo em que dispositivos coercitivos eram lançados pelo governo (as prisões, os julgamentos de imprensa, além do estado de sítio), a retomada da formalidade constitucional tornava o cenário político chileno deste período bastante complexo, permitindo interpretações sobre o governo e a sociedade que variavam da “excepción honrosa de paz y de estabilidad”⁹ à tirania.

⁷ CORRESPONDENCIA. **El Diario de Santiago**, 24/06/1846.

⁸ Denominação dos liberais no Chile, algo como meninos, inexperientes; *pelucones* por sua vez, designava os conservadores dos primeiros anos da independência, próximos à estrutura administrativa colonial, em referência às perucas utilizadas pelos nobres e altos funcionários.

⁹ EDITORIAL. **El Araucano**. Santiago de Chile, 09/04/1841.

Neste sentido, é plausível supor a forte impressão que devia causar sobre Alberdi – e sobre os outros exilados do regime rosista – a retomada da normalidade constitucional, bem como o esforço do governo, através da imprensa, para conseguir construir um discurso que superasse o momento de crise e pudesse produzir, uma vez mais, a pacificação e a estabilização institucional e política num ambiente em franca disputa com outros periódicos de oposição. Isto é, dadas as forças políticas e sociais em jogo, inclusive para o governo era absolutamente necessário o recurso à esfera pública, em busca de legitimação, justificação e consenso na disputa entre narrativas.

É nesse contexto político e discursivo que ocorre a publicação da *Biografía*. De acordo com Jorge Mayer, biógrafo de Alberdi, Manuel Montt teria encomendado a obra para que servisse na campanha presidencial como peça de resistência aos ataques eleitorais dos diários *pipiolos*. No entanto, a publicação dos artigos iniciou apenas em 25 de junho, um dia antes das eleições presidenciais, e em capítulos que se estenderam até agosto.¹⁰ O texto, é possível concluir, funcionava menos como obra de campanha eleitoral e mais como um manifesto a favor da pacificação política já sob o novo governo, que despontava como amplamente favorito às vésperas do pleito, o que, talvez, pudesse explicar o “estilo lacónico y breve que he puesto en todo el curso de la redacción” (Alberdi, [1846] 1902, p. 43), ao invés dos apelos apaixonados comuns às propagandas eleitorais.

O outro elemento que condicionou a escrita e a publicação de *Biografía* foi a circulação simultânea do livro *Vindicación de principios e ideas de la Oposición*,¹¹ de Pedro Felix Vicuña, também em fascículos na *Gaceta del Comercio* entre 30 de junho e 08 de agosto de 1846. De acordo com esse texto, já após o pleito, o trabalho da oposição deveria ser no sentido de organizar-se para derrubar o governo nas ruas – especialmente o ministro Montt, que era visto como o grande ideólogo e seu elemento mais conservador e autoritário – e não

¹⁰ O texto foi publicado nas seguintes datas no periódico *Mercurio* 25, 29 e 30 de junho, 07, 10, 15 e 16 de julho, e 3, 11, 12, 14, 16, 17 e 22 de agosto.

¹¹ VICUÑA, P. F. **Vindicación de los principios e ideas que han servido en Chile de apoyo a la oposición en las elecciones populares de 1846**. Lima: Imprenta del Comercio, 1846. Vicuña, como se viu, havia sido preso por ocasião da decretação de estado de sítio em março e logo depois exilou-se em Lima, junto com outros liberais chilenos.

mais negociar. Os liberais lograram em conjugar as figuras de Bulnes e Montt como reedição dos princípios autoritários implementados no período Prieto-Portales (1831-41) (JOCELYN-HOLT, 1998), pois, o recurso à violência para produzir a ordem e o silêncio da sociedade deslegitimava igualmente sua pretensão à unidade e à orquestração nacional.

Os artigos de Alberdi no *Mercurio* estabeleceram, então, uma polêmica com os de Vicuña pela legitimidade do novo governo. Disputava-se na opinião pública a narrativa que enredaria os fatos recentes - as prisões e exílios de opositores, o estado de sítio, as convulsões sociais em diversas cidades - como contenção da anarquia ou como reafirmação do autoritarismo dos *pelucones* liderados pelo ministério Montt. Após a vitória eleitoral, Bulnes de fato excluiu o ministro do interior do novo governo, apontando para mais uma tentativa de reconciliação com os liberais.

A Biografía de Manuel Bulnes e a defesa do conservadorismo.

Segundo o texto de Alberdi, após a guerra contra a Confederação Peru-Boliviana, 1838-1841, o general Bulnes saíra vitorioso e emergia como figura política proeminente no cenário chileno, distante, porém, dos partidos políticos. Para a eleição presidencial de 1841,

la generalidad de los chilenos, que, sin estar por la continuación del sistema que acababa, no estaba tampoco, ni por la oposición, ni por la opinión llamada liberal; la generalidad del país, representada por espíritus moderados y sabios, preocupados del deseo de conciliar el progreso del país con la estabilidad de las instituciones, se fijó en el General Bulnes (Alberdi, 1846, p. 60).

Alberdi estabelecia para Bulnes uma equidistância entre os opositores liberais e o grupo conservador mais organizado, os *pelucones*. Assim posicionado entre os 'sábios e moderados', Alberdi fazia com que o presidente não carregasse o fardo dos provocadores da imprensa nem dos executores do estado de sítio recém suspenso. Justamente em um cenário político de crise que se assemelhava àquele de 1841 e que era evocado a todo momento pela imprensa

liberal, a obra de Alberdi remete aos arranjos partidários e coalizão de interesses representados pela eleição de 1841, assim, o artigo buscava atualizar no leitor esse 'espírito de consenso' que seria conduzido novamente por Bulnes, "el hombre de las soluciones afortunadas, de los desenlaces felices, ocurridos en trances críticos (...) vino por fin a realizar el gobierno que los partidos políticos creían imposible en 1841" (Alberdi, 1846, p. 61).

"Equidistante dos partidos", "moderado", o general que unifica o país": para além de mera propaganda de ocasião, ao longo da apologia, Alberdi lapidava um conceito que seria caro ao desenvolvimento de seu discurso político daí em diante: a da defesa do *conservadorismo* como uma categoria positiva de análise e de identidade políticas.

La administración del General Bulnes es, por esencia y sistema, abiertamente conservadora. Su programa (...) consiste en conservar, robustecer y afianzar las instituciones consagradas: mantener la estabilidad de la paz y del orden como principios de vida para Chile: promover el progreso, sin precipitarlo: evitar los saltos y las soluciones violentas (...): proteger las garantías públicas sin descuidar las individuales (...): cambiar, mudar, corregir conservando. (...)

El General Bulnes, declarando-se conservador, no inicia un sistema nuevo de gobierno; y justamente en la falta de originalidad de su programa reside su mérito principal (Alberdi, 1846, p. 62-3).

Em geral, a propaganda do partido conservador ressaltava o fato de que era o único com estrutura e projeto: "El partido conservador, el partido del Orden y de las Garantías",¹² por oposição aos liberais, associados à anarquia. Agora, no entanto, Alberdi ia mais além e nomeava como conservador não apenas o partido, mas um sistema de governo, dando-lhe uma conotação positiva e independente de sua contraposição partidária, os liberais. *Conservador* surgia, no discurso elaborado por Alberdi, como um campo de força no interior do republicanismo e das teorias liberais, num claro diálogo com as teorias doutrinárias liberais francesas dos anos 1820-1830, sobretudo, Guizot e Lerminier (cf. Herrero, 2009).

¹² NOTA do Editorial. **El Mercurio**, 01/03/1846.

O texto se aprofundava teoricamente na justificação do regime conservador. Alberdi estabelecia uma comparação sincrônica entre os regimes conservadores chileno e os sistemas europeus, explicando que a palavra possuía sentidos distintos: “los conservadores en Europa, lo son de las antiguas instituciones, o de las retocadas timidamente por la mano de la revolución. Los conservadores chilenos, por el contrario, lo son de las brillantes y progresivas consecuencias de la revolución americana” (Alberdi, 1846, p. 64). Com isso, ampliava-se o sentido da passagem anterior em que se afirmava que a falta de originalidade era a principal virtude do regime chileno instaurado por Manuel Bulnes, o qual progredia sem saltos e transformava-se conservando. Mais do que retórica eleitoral, Alberdi consolidava um discurso que dava orientação política e um sentido histórico ao governo e à sociedade. À esta diferença espacial, Alberdi adiciona outra, de ordem temporal, complementando e problematizando o conceito de conservadorismo ao tratar da “gran palabra *revolución*, ennoblecida por el grito de Septiembre de 1810, y sus brillantes consecuencias encerradas en la carta constitucional de 1833” (Alberdi, 1846, p. 65).

A época revolucionária implicava uma linguagem bélica, de transformação a despeito das regras, conduzida pelo voluntarismo do herói ou do guerreiro. Após a revolução, que foi de 1810 a 1833, o período que se seguiu, então, teria sido o de conservação da conquista da liberdade: isto é, a substituição da lógica da guerra e, portanto, da existência de um inimigo, pela lógica da negociação, portanto, da incorporação dos cidadãos. Devia-se, agora, preservar as instituições: a virtude do guerreiro seria substituída pela da moderação; o voluntarismo, pelo procedimento legal formal; o governo se despersonaliza e a constituição toma o papel de protagonista. O discurso propagado por Alberdi implicava o reconhecimento da existência dos partidos e da oposição dentro do campo institucional liberal, abrindo espaço para o estabelecimento de outra dimensão do liberalismo, o de tolerância política.

A ideia de coalizão partidária e a existência regular, legítima, de partidos rivais eram fatos bastante incomuns para a realidade hispano-americana de meados do século XIX, em especial para aquela de onde esse grupo de exilados partiu nos anos 1830-40. A concepção unanimista do poder (inexistência de

espaços de divergência, entendido como facciosismo, i.e., traição), predominante no ambiente monárquico colonial do Antigo Regime, em que não se admitiam opiniões contrárias às do Estado, ou seja, a própria ideia de partidos, sobrevive à independência e é consagrada no período rosista com a perseguição aos unitários e federalistas divergentes (Myers, 2011, pp.100-111; Ternavasio, 2005).

A concepção de partido como facção estava presente também na experiência norte-americana. Segundo Jeffrey Selinger “partidos ganharam legitimidade na vida pública americana quando eles foram efetivamente organizados para evitar, melhor ainda, para subordinar ativamente as questões mais contenciosas do momento” (Selinger, 2012, p. 264). Para o autor, por muitos anos prevalecia a concepção de que o sistema republicano não poderia comportar a existência de partidos, e de partidos de oposição, pois “poderia pôr em perigo a união e a ordem civil”. Ou seja, de acordo com a linguagem política comum da época, a ideia de uma entidade permanente que se manifestasse e trabalhasse contra o governo por princípio confundia as categorias de partido e facção. Facção opositora era tolerada na medida em que entendida como uma composição ocasional que se formava a partir de uma questão de momento, enquanto um partido de oposição supõe uma organização permanente contrária ao governo independentemente do tema, como seu concorrente legítimo – na luta pelo poder.

Nesse sentido, Alberdi propõe uma temporalidade para a história republicana chilena, segundo o desenvolvimento gradual das instituições livres na América, a partir dos temas da representação política e da tolerância. Pergunta Alberdi,

¿cómo tener gobiernos maduros y sazonados [amadurecidos] alguna vez, si no nos resignamos a tenerlos primeramente con los inconvenientes inseparables de toda cosa que comienza y hace su infancia? Todo en la vida está sujeto a una ley de desarrollo y madurez gradual: ¿estará solo el gobierno fuera de esta ley? (...). En América todo principia, todo está recientemente en aprendizaje, en la hora de los ensayos; la libertad lo mismo que la oposición, la oposición lo mismo que el gobierno. La inexperiencia, la impericia son males que pesan sobre todos. No hay que alucinarse con las promesas de las oposiciones cuando los gobiernos muestran al menos buena fe. La oposición será gobierno, como es oposición, es decir, con defectos, con inexperiencias, con las mismas faltas

cuando menos del gobierno que ataca, porque sale de la misma masa y no sabe más que él (Alberdi, 1846, p. 82).

Ao lado do reconhecimento das duas épocas (heroica e constitucional), ele estabelece um discurso para o desenvolvimento histórico das sociedades hispano-americanas, no qual haveria um movimento processual simultâneo de superação e manutenção do antigo. Cada avanço manteria traços das antigas estruturas, já a pretensão de uma abolição completa do passado atenderia apenas às “promessas alucinadas da oposição”, partindo dos setores liberais radicais que desejavam fazer terra arrasada dos governos e apostavam na lógica do conflito, da sedição, da anarquia como forma de acesso ao poder. Ao colocar em um mesmo nível governo e oposição, tendo como sua base comum a massa do povo, o texto deixa claro o reconhecimento de seu papel no sistema representativo liberal.

É possível alegar que Alberdi encontrava-se ao lado de um governo recém-eleito e utilizava-se desses recursos retóricos da tolerância política como estratégia de consenso submetido ao poder estabelecido. Esta é uma forma comum de se interpretar a ideia de tolerância, como concessão do poder constituído. Adiante, porém, veremos que as mudanças em seu discurso se manteriam neste sentido mesmo em condições adversas.

O historiador Peter Hans Reill, na apresentação de uma coletânea sobre o conceito de tolerância, recorda que “tolerância, concebida como um princípio positivo geral e essencial para o funcionamento apropriado das sociedades civis democráticas plurais contemporâneas, é herdeira do Esclarecimento” (Reill, 2009, p. 3); ou seja, na primeira metade do século XIX era um conceito novo para uma realidade também nova, em que tolerância não possuía uma definição auto-evidente e nem sua realização estava garantida por algum mandamento. A forma claudicante, não-linear e conflituosa em que o tema surge e se instaura no ambiente chileno e na linguagem política da época reflete esse caráter instável próprio dos conceitos políticos.

Após as eleições de 1846, o governo de Manuel Bulnes fez uma nova aproximação com os antigos adversários ao “pôr fim aos processos contra os soldados e sargentos da guarda nacional e liberar a vários artesãos ‘aprisionados

somente em virtude de mandato administrativo” (Lira; Loveman, 2000, p. 158). Novamente, como já ocorrera em 1841, o governo buscava uma política de reconciliação, porém, agora, com uma oposição mais organizada que lançava uma campanha a favor de reformas constitucionais fundamentais. Verificava-se aí que estas ações no sentido da acomodação das forças partidárias antagonistas, que se aproximavam das esferas do governo e garantiam alguma estabilidade, mesmo que delicada, entre governo e oposição, ganhavam cada vez mais importância para sua legitimidade diante da opinião pública.

Em pouco tempo, esse discurso de Alberdi em toda sua complexidade sobre o papel da oposição, o sistema representativo e, em consequência, o tema da tolerância política, seria transposto para o ambiente argentino. Para Alberdi, também o governo de Rosas carregaria aspectos importantes de serem conservados ou defendidos se se desejasse superá-lo: a ação da centralização do poder, da consolidação do comércio internacional e da rotinização da burocracia produziria como efeito secundário o estabelecimento de uma entidade reconhecida interna e externamente como Confederação Argentina. Ao mesmo tempo, o caso argentino, servia de contraponto ideal para o uso do conceito de conservadorismo, pois, ali se viveria ‘ainda’ o período da revolução, não se tendo chegado à idade constitucional, de modo que a linguagem só poderia ser a da guerra e do conflito.

Revolución de Mayo 37 años después. Giro transigente: aprendizado e pragmatismo

Ficava claro que este contexto específico criou condições para o desenrolar do debate liberal e republicano em base institucional-jurídica e que serviu, ao fim, de experimento e de fundamento para Alberdi na elaboração da futura carta constitucional da Confederação Argentina. São deste período as seguintes publicações de Alberdi que foram adotadas ou serviram de base para o debate jurídico chileno: *Legislación de la prensa en Chile*, 1846; *De la Magistratura y sus atribuciones en Chile*, 1846; *Manual de Ejecuciones y quiebras*, 1848; *Carta sobre los estudios convenientes para formar un abogado*,

1850. *La República Argentina 37 años después* realizou uma reavaliação da história política recente e apontou para uma mudança de perspectiva para a reorganização da sociedade. Agora, qualquer projeto deveria passar pelo reconhecimento do papel institucional positivo de Rosas e do partido federalista para o restabelecimento das instituições e das normas jurídicas em chave liberal. O contrário disso, seria permanecer no sistema e linguagem de guerra.

O texto, publicado também pelo *Mercurio*, saiu como peça avulsa -, era comum a publicação de panfletos, folhas soltas e libretos. A análise do artigo e de sua repercussão apontam para uma mudança de consequências transcendentais, pois, implicou na admissão de negociação, do consenso e da transigência com inimigos históricos, os “bárbaros”, aqueles que os perseguiram e expulsaram, para a sua superação sob um regime constitucional, em oposição à guerra civil.

No texto de 1847, o reconhecimento da legitimidade do governo de Rosas acarretava uma negação da exclusividade das propostas unitárias,¹³ mas não significava uma adesão ao bando federalista, uma vez que se impunha a ressalva da adequação às condições históricas presentes – isto é, da necessidade de negociação entre os partidos e a defesa da constituição e das instituições liberais. Alberdi afirmava que “*Rosas no es una entidad que pueda concebirse en abstracto y sin relación al pueblo que gobierna. (...) Rosas y la República Argentina son dos entidades que se suponen mutuamente*” (Alberdi, 1847, p. 225).

Aqui se observa uma quebra importante em relação à expectativa anterior de Alberdi. Após viver a perseguição política, a censura e se exilar, Alberdi formaria filas no exterior contra Rosas. Suas publicações até *La Revolución de Mayo* são afinadas com seus conterrâneos unitários exilados: ataque frontal na imprensa e mobilização das estruturas políticas e opinião pública local contra o governo argentino. Portanto, quando em maio de 1847 Alberdi saiu a cogitar um diálogo, uma coalizão com os federais, não poderia causar menos espanto nos demais exilados, pois requereria um esforço de transigir com os antigos inimigos.

¹³ Na Argentina se dividiam os federalistas – associado aos conservadores – e unitários – liberais. Os conceitos, como se sabe, no entanto, não devem ser vistos de forma estanques e atemporais, eles são fluidos e permeáveis mediante seu sentido histórico.

Não se tratava de um retorno à posição anterior, agora Alberdi buscava articular os dois partidos, esvaziar os extremos, partir de uma história concreta e das forças realmente existentes para produzir um consenso entre elas e superar o estado de guerra civil.

O texto de Alberdi se inseria em um debate incipiente naquele momento, mas de grande força, sobre o conceito de conservadorismo e moderação. O historiador Aurelian Craiutu analisa a ideia de moderação na França entre os séculos XVIII e XIX, e define algumas linhas gerais através das quais essa ideia se incorpora no discurso político; seriam elas: moderação como garantia das liberdades, como uma virtude das instituições políticas; os arranjos políticos institucionais partidários estáveis; o 'justo meio', a ação de modular entre extremos; e um certo ecletismo que contém ambos os elementos radical e conservador (Craiutu, 2012, p. 3). A análise de Alberdi conflui para essa perspectiva, sem dúvida. Ele não está buscando evitar conflitos ou fazer aliança por algum interesse momentâneo; ao contrário, seus artigos mais dão a impressão de que propor um acordo, transigir, é um exercício de força que exige enfrentamento para sua realização como uma virtude institucional oposta ao radicalismo experimentado na Argentina.

A moderação apelada por Alberdi pautava-se na expectativa da manutenção do território e a supressão da guerra civil, condição para o desenvolvimento da indústria e do comércio e que, a seu ver, só poderia ser garantida pela acomodação de Federalistas e Unitários sob a centralização econômica e administrativa efetivamente alcançada com o governo de Rosas. Alberdi movia-se no entorno das ideias de moderação e conservação propondo uma composição, arranjo ou coalizão entre os partidos, e recorria novamente à proeminência do conceito de *ordem* como superação do conceito de *liberdade*. Moderação, entenda-se, como resultado, como representação que incorporasse as disjunções, os conflitos, as assimetrias presentes na sociedade e que ao fim teria encontrado uma estabilidade possível, sempre conjuntural, e não como premissa de uma racionalidade encarnada. Desse ponto de vista, a história da construção da república,

si en los primeros días fue ávida de libertad, hoy se contentaría con una libertad más que moderada. En sus primeros cantos de triunfo olvidó una palabra menos sonora que la de *libertad*, pero que representa un contrapeso que hace tenerse en pie la libertad: - el *orden*. Un orden, una regla, una ley; es la suprema necesidad de su situación política. (...) La letra es una necesidad de orden y armonía. Se garante la estabilidad de todo contrato importante (Alberdi, 1847, p. 237).

Ora, não era outro o apelo de Alberdi aos eleitores chilenos quando escrevia a *Biografía* de Bulnes em defesa do partido conservador, como o preservador da “ordem e das garantias”. Estes eram conceitos caros à sociedade chilena encarnados na Carta constitucional, que “es el medio más poderoso de pacificación y orden interior (...). Chile debe la paz a su Constitución” (Alberdi, 1847, 240), acima da ideia de um governo forte.

O chamado aos compatriotas para que “se dêem um abraço de paz” (Alberdi, 1847, p. 232) tinha como objetivo apontar que, para a oposição unitária, “no queda otro camino que capitular con él [Rosas], si tiene bastante honor para deponer buenamente sus armas arbitrarias en las manos religiosas de la ley” (Alberdi, 1847, p. 242). A conclusão do artigo defendia que o governo vigente se submetesse a uma assembleia constituinte e aceitasse a lei, como elemento de força, e não mais a violência, como um movimento irresistível dos princípios liberais; ao passo que a oposição unitária desistisse de impor seus projetos de forma exclusiva. Novamente, o discurso de Alberdi caminhava no sentido de desarmar os partidos, tal qual exaltava no caso de Manuel Bulnes.

É igualmente relevante que o autor sugerisse que os unitários capitulassem com Rosas, ou seja, que a derrota de um não significasse a vitória do oponente, mas o reconhecimento do fracasso mútuo, da “ vaidade do país”, que alimentou a guerra civil por quase vinte anos, deixando claro dessa forma que “ya ha desaparecido el anhelo de cambiar las cosas desde la raíz” (Alberdi, 1847, p. 239). (Aqui se vê um dos pilares do argumento histórico de *Bases* para a conformação da nova sociedade argentina pós-Rosas, o *punto de partida*, que trataria das condições históricas existentes, do reconhecimento das forças sociais concretas em jogo, de modo a tomá-las em consideração em qualquer projeto de construção constitucional).

Quer dizer, uma possível nova configuração política para o governo argentino - para o que Alberdi ofereceria seu *Bases* como estrutura da nova Constituição poucos anos mais tarde -, não partiria do zero, de uma tábula rasa em que se inscreveriam os ditames defendidos pelo partido unitário. Não mudar as coisas pela raiz, especificamente do ponto de vista dos liberais, implicaria considerar que

Los que antes eran repelidos con el dictado de *caciques* hoy son aceptados en el seno de la sociedad de que se han hecho dignos, adquiriendo hábitos más cultos, sentimientos civilizados (...). Esos hombres son hoy otros medios de operar en el interior un arreglo estable y provechoso. Nadie mejor que el mismo Rosas y el círculo de los hombres importantes que le rodean, podrían conducir al país a la ejecución de un arreglo general en este momento (Alberdi, 1847, p. 239).

Superado este período de crise, Alberdi destacava quem seriam os agentes responsáveis pela reestruturação institucional do país ao lado dos *federales civilizados*: “la emigración argentina”, que “es el instrumento preparado para servir a la organización del país, tal vez en manos del mismo Rosas (...). Lo que hoy es emigración era la porción más industriosa del país, puesto que era la más rica; era la más instruida” (Alberdi, 1847, p. 238). Sem dúvida, a mudança era contundente.

A repercursão de Alberdi entre os exilados

Três dias após sua aparição, em 25 de maio de 1847, o *Mercurio* publicava um longo editorial elogioso ao artigo, em que acentuava seu tom conciliatório como algo raro: “justicia es hecha a todo mundo en ese folleto. Los partidos de la República Argentina no aparecen allí compuestos de *salvajes unitarios* y de

mashorqueros federales¹⁴ (...). En esto nos complacemos del acuerdo entre las ideas del autor y las del *Mercurio*".¹⁵

Meses depois, no entanto, na seção "Correspondencia" por ocasião do Nove de Julho, o mesmo *Mercurio* publicava um artigo vindo de Copiapó - importante centro de residência dos emigrados devido ao trabalho nas minas e ao comércio -, assinado por *Unos emigrados argentinos que no transigen*.¹⁶ O artigo dizia que no mesmo dia em que o povo argentino lutara contra a escuridão colonial em defesa do sol da liberdade, "este mismo día es el escogido por un ciudadano argentino para absolver el crimen, so pretexto de imparcialidad histórica". Diante disso, seus autores viam-se impelidos a combater esse texto e seu projeto através da imprensa com outro manifesto, em data igualmente relevante, para demonstrar que "ni la República Argentina tiene nada que ver con la grandeza y excentricidad de su tirano, ni menos que esta grandeza y excentricidad reflejan sobre ella nada de honorable y de provecho".¹⁷

Os *argentinos que no transigen* negavam que tivesse havido uma luta entre dois princípios, federal e unitário, mas sim a humilhação e o medo de um lado, e extermínio e vandalismo de outro. Os autores seguiam sem economizar ataques a Alberdi: "aquellos escritores, pues, que en lugar de llamar a los héroes a alzar de nuevo el estandarte de la libertad, invocan su olvido en nombre de una paz imposible, se engañan a sí mismos, o quieren engañar a los otros". Recolhendo argumentos da própria história recente argentina, demonstrava a fragilidade e a utopia de seu opositor, até concluir, em franca provocação ao autor e ao público: "combatamos, pues, combatamos hasta la muerte, combatamos hasta que Rosas caiga, o la libertad".¹⁸

¹⁴ A 'Mazorca' era uma milícia paramilitar federal de atuação no ambiente urbano contra inimigos políticos do regime, unitários em geral e federalistas dissidentes. Nas vivas palavras de Sarmiento em Facundo: um "corpo de polícia, entusiasta, federal, que tem por função e ofício fazer lavagens (intestinais) com pimenta e aguarrás nos descontentes primeiro, e depois, não bastando este tratamento flamenjante, degolar aqueles que se lhes indique" (Sarmiento: Facundo, Parte III, cap. 7)

¹⁵ "La República Argentina treinta y siete años después de su revolución". *El Mercurio*, 28/05/1847.

¹⁶ Daqui vem a sugestão para o argumento central, do relevo que adquire o tema da transigência para Alberdi e seus interlocutores.

¹⁷ CORRESPONDENCIA. La República Argentina a los 32 años de su independencia por un ciudadano argentino. *El Mercurio*, 31/08/1847.

¹⁸ CORRESPONDENCIA. La República Argentina a los 32 años de su independencia por un ciudadano argentino. *El Mercurio*, 31/08/1847.

Expunham-se, por primeira vez, de forma mais contundente, divergências de fundo entre membros da imigração argentina nesse período de governo Bulnes. Tais divergências tornar-se-ão decisivas para a formação de grupos de força de exilados no Chile que tentariam influir na política argentina durante a guerra contra Rosas e após sua queda.¹⁹ Jorge Mayer recupera algumas reações à publicação de *37 años después*. Segundo o autor, “Enrique Lafuente protestava desde Copiapó: ‘Yo no sé sino de uno que simpatice con las extravagantes ideas de Alberdi’. [Carlos] Tejedor, em *El Copiapino*, com parecida indignação, qualificou o folheto de ‘mezcla confusa de hipocresías’” (Mayer, 1963, p. 445). Esteban Echeverría, seu companheiro de Salão Literário e correspondente constante no exílio, dizia que “ha dado Ud. motivo a grandes encargos contra Ud. (...) Yo por mi parte no le hago ninguno, pero desapruebo su escrito porque no le hallo tendencia útil y fecunda en sentido alguno” (Mayer, 1963, p. 445).²⁰

No periódico *El Conservador*, de Montevideu, dirigido pelos exilados e antigos membros da Geração de 37, José Marmol e André Lamas, comentava-se também o texto de Alberdi,

Creemos que tanto aquí como en Chile se ha comprendido mal, en general, el pensamiento del ciudadano argentino, que suscribe el panfleto de Mayo... Hace 7 años que el pensamiento que envuelve el panfleto del ciudadano argentino hubiera sido bien ajeno a la época de los acontecimientos de entonces, pero *hasta qué punto puede ser razonable hoy, esa es la idea que hay que estudiar en el panfleto y en la situación en que se ha escrito*.²¹

Por fim, um comentário de Felix Frías, que também havia sido editor do *Mercurio* entre 1843 e 1844, período em que Alberdi ali escrevera, relatava em carta²² que

¹⁹ Formação do Club Constitucional de Valparaíso, sob a liderança de Alberdi, e o Club de Santiago capitaneado por Sarmiento.

²⁰ Carta de Echeverría a Alberdi, Montevideo, 31 de enero de 1848.

²¹ *El Conservador*, 23 e 26 de noviembre de 1847. *Apud* Ibid., p. 449. (grifos meus). Por aqui se nota a capacidade de disseminação da informação entre os grupos de exilados na América do Sul e o trabalho de construção de redes permanentes de contato através dos periódicos.

²² (Adicionalmente, cabe notar que as correspondências entre os exilados possuíam um caráter de construção e manutenção de redes pessoais, de formação de canais de comunicação, em que muitas vezes as cartas tinham um caráter público, pois eram escritas para sua divulgação entre um grupo determinado, eventualmente extravasadas para adversários).

he leído de veras su último folleto con atención, y no necesitaba haber visto lo que usted dice a Peña en su última carta de ayer, para saber cuan puro y patriótico es el sentimiento que le ha dictado sus bellos renglones ... *usted se ha colocado en un punto de vista superior a los dos partidos y es natural que en ninguno de ellos lo apruebe del todo...* Por mi parte le confieso que *me siento incapaz de considerar las cosas actuales de mi país con otros ojos que los unitarios*, con todo lo que le conocen y saben el modo brutal como hemos sido tratados en el extranjero, donde usted ha escrito, comprenderán bien esa exaltación del sentimiento nacional que honra a usted. (...) Me he puesto a escribir un folleto (...) *usted ha escrito con colores nacionales y ante el extranjero para los argentinos todos, yo escribo con palabras de partido para los proscriptos únicamente* (Mayer, 1963, p. 445).²³

Clara estava a distância e a ambiguidade entre as posturas assumidas pela “provincia flotante”. O comentário de *El Conservador*, assume uma postura compreensiva ao incluir um coeficiente temporal para incitar seus leitores à reflexão; ali se reconhece que sete anos antes, isto é, em 1840, do ponto de vista dos exilados este artigo não teria sentido ou estaria apartado do contexto específico, dado o estado conturbado em que se encontrava a política interna e externa da Confederação. Entre 1838 e 1843 verificou-se um período intenso de emigrações e de radicalização da política persecutória por parte de Rosas, coincidindo com a invasão francesa do Prata, a guerra de Lavalle e os levantes de caudilhos no sul de Buenos Aires contra Rosas. Assim, o periódico avaliava que passados sete anos houvera mudanças suficientemente importantes que poderiam levar a uma nova atitude da oposição em relação ao governo de Rosas, e que, por isso, o artigo de Alberdi merecia ser estudado – porém, o autor mesmo mantém-se distante de assumir esta posição, o que pode nos indicar hesitação em comprometer-se politicamente com um grupo ou outro.

Os articulistas chamavam também atenção para a condição de exilado e a situação interna da política chilena com a qual Alberdi lidava. O fato da experiência num regime constitucional, em que as oposições convivem, combatem-se no espaço público e disputam eleições como ele experimentou, teria produzido em Alberdi o reconhecimento da necessidade de negociação com os antigos adversários federalistas, portanto, o reconhecimento da

²³ Carta de Frías a Alberdi, 2 de junio de 1847. (grifos meus) O folheto mencionado por Frías seria “La gloria del tirano”, publicado em nove de julho de 47, o qual também provocaria reações fortes do lado argentino, na *Gaceta Mercantil* e no *Archivo Americano*.

necessidade de um governo constitucional e republicano abrigar as diversas bandeiras partidárias.

Estas passagens revelam a variedade de opiniões em relação à nova postura de Alberdi e que a mudança no discurso político, acolhida ou rechaçada, era reconhecida nos ambientes de debate.

Neste sentido, a comunicação de Felix Frías a Alberdi era precisa: “entendo o que você escreveu, e não concordo, assumirei outra postura”; por outro lado, Frías apontava sua pretensão de colocar-se acima dos partidos, de superar a dicotomia excludente entre os partidos políticos. Como aponta Craiutu, “deve-se examinar a incorporação [*embodiment*] da moderação em instituições, constituições e práticas em específicos períodos de tempo”, para compreender seu caráter de ativo e interventor mais forte, e não como uma decorrência natural da história (Craiutu, 2012, p. 6). Para o caso estudado, isso revelava um novo passo do ponto de vista da teoria do republicanismo local: o reconhecimento da divergência e da competição entre ideias e projetos no interior da sociedade, em contraposição ao unanimismo e ao exclusivismo partidário, que vigorava na Argentina desde as primeiras eleições nos anos 1820.

Conclusão

Nos escritos anteriores ao período chileno, como *Fragmento preliminar*,²⁴ texto profundamente normativo, Alberdi baseava na razão e na consciência nacional o progresso da civilização como missão da Geração de 1837. Nos primeiros anos de 1840, como exilado, Alberdi reforçava as fileiras unitárias na imprensa e na articulação política para o combate direto contra Rosas, como a única forma de mudança na região do Prata. Como se viu, a passagem pelo Chile transformou a visão teórica de Alberdi e a sua vivência de liberal unitário, desde a experiência concreta em um regime republicano, representativo e conservador (com todos os limites impostos por esse regime), a qual Alberdi sintetizaria como uma “aristocracia democrática”.

²⁴ ALBERDI, J. B. **Fragmento preliminar al estudio del derecho**. (1837) In: Obras Completas, v.1.

O contexto político chileno lhe deu a oportunidade de participar ativamente do cotidiano da vida partidária, da movimentação das eleições, da oposição organizada, da imprensa e de como os campos de força mais democráticos e mais conservadores buscavam ocupar esse espaço público, e como também o governo de ocasião não abria mão de recursos legais e extra-legais em nome de seus interesses, como os estados de sítio. Ao mesmo tempo, o debate empreendido com os exilados sobre a situação política transandina servia como mostra da perspectiva intelectual com a qual teria de lidar: intransigência com Rosas e todo o partido federal. De modo que a defesa da moderação e da tolerância por Alberdi, expressa no reconhecimento dos poderes de fato estabelecidos na Argentina e na impossibilidade de continuidade da ditadura rosista, se não obteve uma adesão imediata, passou a fazer parte da linguagem e horizonte políticos a partir de então.

Buscou-se destacar o conceito de ‘moderação’ na linguagem alberdiana, que poderia ser sem prejuízo substituída por conservador, e que escapava ao pragmatismo ou oportunismo partidário. Seria “uma mistura entre, de um lado, responsabilidade, prudência e civilidade, e, de outro, entusiasmo e compromisso apaixonado com um distinto conjunto de arranjos institucionais e de princípios (...). Moderação animada seria forte, combativa e enérgica” (Craiu, 2012, p. 239). Longe de um idealismo, a escolha do tema da transigência política e do representativismo pôde apontar tanto para a crítica histórica em relação aos contextos que compartilha entre Chile e Argentina, além de dar substrato a um projeto de futuro consistente que supere a guerra civil. Um projeto em que ele mesmo pudesse se inserir, bem como seu grupo político que se organizava no exílio.

É possível concluir, então, que elementos da linguagem da tolerância política configuravam na *Biografia de Manuel Bulnes*, como a manutenção de uma arena partidária eleitoral, a imprensa livre e a defesa dos ritos constitucionais, quando Alberdi falava desde um ponto de vista privilegiado, ao lado do poder estabelecido, ou seja, do partido vencedor – em uma condição que parecia colocá-lo acima das disputas partidárias e como portador da razão. Entretanto, quando se avalia sua posição em relação a Rosas, como visto, não se

verifica essa situação “privilegiada”. À época do texto de 1847, Alberdi segue sendo um *salvaje unitário*, porém reconhece que Rosas não é uma entidade estranha e, assim, redesenha seu discurso em favor de uma tolerância política, de não mudar as coisas pela raiz, portanto, de um giro transigente.

Diogo Pires Aurelio, que escreve o verbete Tolerância/Intolerância da Enciclopedia Einaudi, marca a distinção de duas linhas para se entender o conceito de tolerância. Em um caminho, o mais antigo, pensa-se a tolerância como resultado da condescendência do governante em permitir a liberdade de crença individual como desdobramento da Reforma Religiosa – essa liberdade estaria, no entanto, sempre sujeita à vontade do soberano. Em outra linha, o autor aponta para a tolerância como produto da igualdade e da liberdade civil, como desdobramento do Iluminismo, e constitutiva da forma republicana. Assim, procurou-se demonstrar que, no caso de Alberdi em relação a Rosas, é a partir de sua própria condição de inferioridade e de derrota que ele mobilizava a retórica da tolerância, a partir de sua referência política, que, como se viu, estava longe de ser aceita, mesmo como estratégia, pelos aliados unitários, o que reforça ainda mais o impacto na história intelectual argentina operado por seu discurso. Alberdi manterá esse giro transigente em sua polêmica com Sarmiento em 1852-53 e na redação de *Bases y puntos de partida* em 1853, que servirá de estrutura para a Constituição da Federação Argentina.

Por fim, a relação entre tolerância, coalizão e composição com a oposição compunha as formas da linguagem do republicanismo no discurso político latino-americano do século XIX como superação da violência, da monocracia e do unanimismo na organização destas sociedades. O caminho percorrido não estava dado, nem mesmo era necessário que ocorresse – como servem de exemplo as muitas rupturas democráticas e constitucionais que experimentaram as sociedades argentinas e chilenas. Não se supõe com isso, por certo, que esses elementos violentos e autoritários tenham sido subitamente banidos, entretanto, é somente a partir desse reconhecimento conceitual e pragmático de uma inovação política que se desenrolava no meio daquele espaço público, e com direta intervenção dos textos de Alberdi, que foi possível

pensar na incorporação desses elementos da transigência e do representativismo no seio da vida política dessas sociedades.

Bibliografia

AMANTE, A. **Poéticas y políticas del destierro**. Argentinos en Brasil en la época de Rosas. Buenos Aires: FCE, 2010.

BARROS ARANA D. Un decenio de historia de Chile. t.I. In: **Obras Completas**. v. XIV. Santiago: Imprenta Barcelona, 1913.

BLUMENTHAL, E. **Exils et constructions nationales en Amérique du Sud: proscripés argentins et chiliens au XIXe siècle**. Tese. Paris. Université de Paris – Diderot, EESC, nov/2013.

BOTANA, N. **La tradición republicana**. Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo. Buenos Aires: Sudamericana, 1997.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CID, G; STUVEN, A. M. **Debates republicanos en Chile: siglo XIX**. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.

COLLIER, S. **La construcción de una república, 1830-1865: política e ideas**. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2008.

DESRAMÉ, C. La comunidad de lectores y la formación del espacio público en el Chile revolucionario: de la cultura del manuscrito al reino de la prensa. In: GUERRA, F-X.; LEMPÉRIÈRE, A. (orgs.). **Los espacios públicos en Iberoamérica**. México d.f.: FCE, 1998.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Loyola, 2001.

FREITAS NETO, J. A. **Percorrendo o vazio: intelectuais e a construção da Argentina no século XIX**. São Paulo: Intermeios, 2021.

GONZÁLEZ BERNALDO, P. Literatura injuriosa y opinión pública en Santiago de Chile en la primera mitad del siglo XIX. **Estudios Públicos**. Santiago, v. 79, 1999.

GUIZOT, F. **Des moyens du gouvernement et d'opposition**. Paris: Belin, 1988.

HERRERO, A. **Ideas para una república**. Una mirada sobre la Nueva Generación Argentina y las doctrinas políticas francesas. Lanus: EdUNLa, 2009.

JOCELN-HOLT, A. **El peso de la noche**. Nuestra frágil fortaleza histórica. Buenos Aires: Ariel, 1998.

JOCELYN-HOLT, A. ¿Un proyecto nacional exitoso? La supuesta excepcionalidad chilena” In: GONZALES, F. C. (ed.). **Relatos de la nación**. La construcción de las identidades nacionales en el mundo hispánico. Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 2005.

LaCAPRA, D. **Rethinking Intellectual History**. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

LEIRAS, M. Ladrando a la luna: periodismo, política y legislación en la elaboración de la Constitución de Chile, 1831-1833. In: ALONSO, P. (comp.). **Construcciones impresas**. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires, FCE, 2004.

LOVEMAN, B.; LIRA, E. **Las suaves cenizas del olvido**. Vía chilena de reconciliación política 1841-1932.

MANENT, P. **Tocqueville, et la nature de la démocratie**. Paris: Gallimard, 2012.

MAYER, J. **Alberdi y su tiempo**. Buenos Aires: Eudeba, 1963.

MUSSY, L. G. Historiografías comparadas. El ‘total cero’ de la historiografía chilena actual. **ARBOR**, Vol 183, No 724, 2007. Disponible em: <http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/issue/view/8/showToc>. Acceso: 30 jun. 2023.

MYERS, J. La Contudencia Ambivalente: Sarmiento, Republicano, Liberal y Conservador, en la disputa por la construcción de la nación. In: **El Pensamiento de Domingo Faustino Sarmiento**. Buenos Aires: El Ateneo, 2010.

MYERS, J. **Orden y virtud**. El discurso republicano en el regimen rosista. Quilmes: Ed. Universidad Nacional de Quilmes, 2011.

PALTI, E. J. **El tiempo de la política**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

PALTI, E. J. **La invención de una legitimidad**. Razón y retórica en el pensamiento mexicano del siglo XIX. Mexico d.f.: FCE, 2005.

PAS, H. **Literatura, prensa periódica y público lector en los procesos de nacionalización de la cultura en Argentina y en Chile (1828-1863)**. La Plata. Tese. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y ciencias de la educación, 2010.

PIKTIN, H. F. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1972.

PIWONKA FIGUEROA, G. Opinión Pública. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. **Diccionario político y social del mundo ibero-americano**. La era de las revoluciones, 1750 – 1850. Madrid: Fundación Carolina, 2009.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

PRIETO, A. Las Ciento y Una: el escritor como mito político. **Revista Iberoamericana**, vol. LIV, n. 143, 1988. Disponible em: <http://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/4470>. Acesso em: 30 jun. 2023.

ROSANVALLON, P. **Le moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985.

QUATTROCCHI-WOISSON, D. **Juan Bautista Alberdi y la independencia argentina**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes editora, 2014.

SABATO, H. La reacción de América: la construcción de las repúblicas en el siglo XIX. In: CHARTIER, R.; FEROS, A. **Europa, América y el Mundo: tiempos históricos**. Madrid: Marcial Pons, 2006.

SAN FRANCISCO, A. 'La excepción honrosa de paz y estabilidad, de orden y libertad'. La autoimagen de Chile en el Siglo XIX. In: CID, G; SAN FRANCISCO, A. **Nación y nacionalismo en Chile, siglo XIX**. Santiago: Centro de estudios del Bicentenario, 2009.

SCHNEUER, M. J. Visión del 'caos' Americano y del 'orden' chileno a través de *El Mercurio de Valparaíso* entre 1840 e 1850. In: SOTO, A. (ed.). **Entre tintas y plumas**. Historia de la prensa chilena en el siglo XIX. Santiago: CIMAS/Universidad de los Andes, 2004.

SERRANO, S. "Emigrados argentinos en Chile (1840-1855). En: EDWARDS, Esther (org.). **Nueva Mirada a la historia**. Santiago: Ver, 1996.

STUVEN, A. M. El exilio de la intelectualidad argentina: polémica y construcción de la esfera pública chilena (1840-1850). In: ALTAMIRANO, C. **História de los intelectuales en América Latina**. v 1. Buenos Aires: Katz, 2008.

SZNAJDER, M.; RONIGER, L. **The politics of exile in Latin America**. Cambridge: Cambridge U.P., 2009.

THOMAZ PEREIRA, Affonso C. **A terceira margem do Prata**. Alberdi, Sarmiento e a conformação do discurso republicano na imprensa chilena, 1841-1852. Tese. (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

VALENZUELA, J. S. Hacia la formación de instituciones democráticas. Prácticas electorales en Chile durante el siglo XIX. **Estudios Públicos**. Santiago, n.66, 1997.

WASSERMAN, F. **Entre Clio y polis**. Buenos Aires: Teseo, 2009.

WOOD, J. **The Society of Equality**. Popular Republicanism and democracy in Santiago de Chile, 1818-1851. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011.

ZUBIZARRETA, I. **Los unitários**. Faccionalismos, prácticas, construcción identitária y vínculos de una agrupación política decimonónica, 1820-1852. Stuttgart: Hans-Dieter Heinz Verlag, 2012.